

A formação dos jornalistas diante dos novos suportes midiáticos e do fim da obrigatoriedade do diploma

Derval G. GOLZIO*

Resumo

As transformações ocorridas na captação, edição e distribuição de conteúdos informacionais impõem mudanças significativas na formação do jornalista em um momento de desregulamentação, com o fim da exigência do diploma de curso universitário para exercício profissional, pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro. Com o advento das mídias digitais é inegável a pulverização da distribuição e acessos à informação. Entender o que representam estas mudanças (algumas delas bruscas), melhorar a qualidade da formação escolar é tarefa inadiável para atender as novas demandas do mercado. Contudo, estabelecer o perfil dos jornalistas formados e em atuação deve integrar o arcabouço de preocupações dos pesquisadores sob pena de valorarmos sobremaneira os conteúdos sem compreender como são e vivem os produtores das informações no Brasil.

Palavras-chave: Jornalista. Profissão. Novas mídias. Ensino. Pesquisa.

Abstract

The changes occurred in the capture, editing and distribution of informational content require significant changes in the formation of a journalist in a time of lack of regulation, after the end of the requirement of university diploma for Professional practice, by the Brazilian Supreme Federal Court . With the advent of digital media, it is undeniable the spread of the distribution and access to information. Understanding what accounts for these changes (some of them Sharp), and to improve the quality of school education is an urgent task to meet new market demands. However, to establish a profile of trained journalists and in operation must be part of the framework of the concerns of researchers failing to value greatly the content without understanding how they are and they live the producers of information in Brazil.

Keywords: Journalist. Profession. New media. Education. Search.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Doutor pela Universidade de Salamanca, Espanha. E-mail: dervalggolzio@gmail.com.

Introdução

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o fim da exigência do diploma de jornalismo para exercício profissional trouxe à tona uma série de discussões sobre os caminhos da profissão no Brasil. Os debates ocorridos através do grupo (email) de discussão da SBPJor, por exemplo, apontam - em primeiro lugar- para um misto de temor pela decisão além do que ela pode acarretar e, em segundo, para a ira sobre a falta de argumentos, compreensão sobre a profissão e o campo do jornalismo demonstrada pelos integrantes do STF.

De fato, as argumentações da maioria dos ministros do Supremo sobre a profissão de jornalismo refletiram a ausência de atualização e entendimento. Pior: as ponderações e carência de argumentos sólidos que envolveram liberdade de expressão e reserva de mercado deixaram boa parte dos jornalistas perplexa.

Independente da incompreensão de quase totalidade dos ministros do STF sobre a profissão de jornalistas, os debates provocados pela decisão de por fim à exigência do diploma para exercício profissional revela o lado mais importante de todo o evento: o pensar a profissão e sua consequente formação em um ambiente de profundas transformações no fazer jornalístico.

É inegável que o exercício do jornalismo, com o advento das mídias digitais, transpôs as limitações dos dispositivos legais que regulavam a profissão de jornalista. Os produtores de informação passaram a envolver outros segmentos profissionais. Os egressos dos cursos de graduação em jornalismo deixaram de ter exclusividade na produção da informação, que se estendeu a um leque vastíssimo de pessoas com habilidades para perguntar, escrever, comentar, gravar cenas do cotidiano e expô-las em rede etc.

É possível ponderar sobre a qualidade dessas informações publicadas em vários formatos na rede mundial de computadores pelo cidadão comum com algumas habilidades exigidas do jornalista. Mas, também, é possível constatar que vivenciamos um incremento da participação do cidadão em atividades jornalísticas.

Os exemplos de tentativas de interação/participação de sites jornalísticos e programas de televisão são consideráveis e as solicitações para que o leitor espectador possa enviar sua participação em vídeos ou imagens são cada vez mais recorrentes. A discussão sobre a atuação do jornalista deve, portanto, estar balizada pelo “ethos” e pelos usos e abrangência das mídias em um mundo em rede.

Histórico da profissão no Brasil

A evolução da profissão de jornalista no Brasil está marcada por datas bastante precisas e que coincidem com momentos de turbulência política. A primeira incursão está firmada no Decreto Lei 910, de 1938 e fez parte do arcabouço de regulamentação das profissões e do trabalho do presidente Getúlio Vargas. Em 1943, ainda sob o Governo Vargas, os intelectuais/jornalistas foram contemplados com Decreto Lei 5.480 com a instituição do primeiro curso superior no país e no ano seguinte, com o Decreto Lei 7.037, que “fixou remuneração mínima e definiu as funções dos jornalistas (pouco alteradas até hoje)” (GUIMARÃES, 2004, p. 186-187).

A caracterização do jornalista no Decreto supracitado era a mesma que em alguns países da Europa, ou seja, balizada por uma “atividade intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias” (GUIMARÃES, 2004, p. 186). Ortega e Humanes (2000, p. 40) argumentam que a organização social de hoje comporta uma proliferação de intelectuais, entre eles um novo tipo advindo da década de 1960 e que exerce suas atividades dentro das indústrias da cultura de massas e, mais especificamente, nos diversos meios de comunicação.

Este desplazamiento desde sus ámbitos tradicionales de actuación a los media provoca dos procesos de envergadura en la composición y naturaleza del intelectual: el primero tiene que ver con el reclutamiento cultural del intelectual, y segundo con las reglas y objetivos que presiden su oficio. Durante gran parte de este siglo los intelectuales fueron reclutados en las instituciones o “poderes espirituales” tradicionales (las iglesias, los partidos y el Estado, las universidades y la ciencia); mientras procedían de estos filones, se dotaron de reglas y criterios específicos a la hora de producir conocimiento. (ORTEGA e HUMANES, 2000, p. 40).

A pulverização do intelectual para outros âmbitos de atuação além dos tradicionais citados por Ortega e Humanes (2000), como o midiático, coincide com a terceira evolução da profissão de jornalista no Brasil.

É de 1969 o Decreto Lei, em plena vigência de comando militar e cerceamento das liberdades democráticas, que regulamentava a profissão de jornalista fixando a exigência do diploma para exercício profissional. Apesar da regulamentação via Decreto Lei, a rotina no interior das redações não teve mudança abrupta. Os egressos dos cursos de comunicação passaram a ocupar as redações de maneira significativa a partir da segunda metade da década de 1980.

A obrigatoriedade de exibição do diploma superior para ingresso na carreira não alterou de imediato a forma de recrutamento dos profissionais pelas redações, quer pela resistência das empresas em assimilar este novo perfil, quer pela inexistência de profissionais graduados em número suficiente. A situação, no entanto, estimulou a surgimento de cursos de jornalismo, que eram raros na década de 1960 e tiveram verdadeira explosão nos anos 1990, superando a casa das duas centenas. O recrutamento hoje é feito essencialmente entre os graduados em jornalismo, embora haja forte resistência, inclusive judicial, de empresas jornalísticas (GUIMARÃES, 2004, p. 187-8).

As observações feitas por Guimarães são procedentes e apontam para algo que deverá ocorrer naturalmente, ou seja, o credenciamento do profissional egresso do curso independente de decisões tomadas no âmbito dos tribunais de justiça.

“O jornalismo, como o samba, não se aprende nas escolas”

A frase era muito frequente nos anos 1980, nas redações das empresas jornalísticas do Nordeste brasileiro. Ela marcou a disputa no interior das redações: de um lado, e com presença mais numerosa, os jornalistas formados no interior das redações, de outro os egressos dos cursos de graduação. A desconfiança mútua era traduzida por algumas adjetivações, que revelavam o modo de percepção que uma parte tinha sobre a outra: “poetas” e “dinossauros”.

Os jornalistas “do batente” tratavam os egressos do curso como “poetas” das redações. Por sua vez, os graduados em cursos de jornalismo viam nos jornalistas do batente os “dinossauros das redações”. Canavilhas observa esta diferença de perfil da seguinte maneira:

O ambiente nas redações espelhava também as diferenças entre os dois mundos: de um lado os jornalistas formados nas redações, do outro os recém-licenciados. Numa primeira fase, a introdução das tecnologias digitais no jornalismo contribuiu para cavar ainda mais o fosso entre os dois grupos.

A notória supremacia dos recém-licenciados no campo das tecnologias digitais foi sempre menosprezada pelos profissionais, que contra-atacavam com a dificuldade dos estagiários na redação de notícias. Este fosso entre jornalistas formados na tarimba e licenciados durou enquanto estes últimos eram ainda um pequeno grupo, situação que mudou a partir de meados da década de 90. (CANAVILHAS, 2009, p. 50).

Embora Canavilhas tenha espelhado seu argumento no jornalismo de Portugal, o caso se aplica com muita propriedade ao habitat das redações brasileiras. Os egressos dos cursos de comunicação foram, aos poucos, dominando os espaços das redações e o estranhamento entre os dois tipos de jornalistas arrefeceu.

Passada a fase de disputa entre os dois tipos de jornalistas que habitavam as redações, um novo questionamento paira sobre o habitat: qual o perfil dos jornalistas a serem formados pelos cursos de graduação? Seguramente, que tenha maior domínio sobre novos suportes digitais.

O precário número de pesquisas empíricas sobre o perfil dos jornalistas brasileiros aponta para a necessidade de demarcar esta vertente para estudos. Weber (2005) já apontava que os estudos sobre os produtores de informação deveriam anteceder aos conteúdos informativos. Não havendo dados confiáveis atualizados sobre quem são os jornalistas brasileiros, cabe-nos registrar algumas pesquisas disponíveis para melhor compreensão.

A primeira delas é resultado de um levantamento realizado (com base na Relação de Informações Sindicais/**Rais**) por alunos do curso Abril de Jornalismo, do ano de 2007. Nele, dados importantes sobre o perfil dos jornalistas são disponibilizados e revelam uma diferença abissal entre a maneira como a população percebe o jornalista e como esta categoria está demarcada em território brasileiro.

Aos olhos do senso comum ele seria, portanto, um William Bonner. Esse estereótipo revela uma distorção que não resiste a uma análise

simples de como vive, quanto ganha e o que pensa o jornalista brasileiro.

Nosso jornalista típico ganha pouco e trabalha muito. Quando trabalha. Regularizados, são apenas 11 mil no país. Ao todo, cerca de 35 mil. Nos Estados Unidos, eles são 64 mil. O diploma universitário, embora obrigatório, está longe de garantir um lugar ao sol no mercado de trabalho. A maioria está à margem das grandes redações, fazendo frilas ou trabalhando como assessores.¹

Um dado importante do levantamento, por exemplo, diz respeito à divisão por gênero dos jornalistas em atuação. Os números apontam para uma inversão significativa do quadro verificado até meados da década de 1990, que registrava que as redações estavam povoadas majoritariamente pelo sexo masculino, em 58,7%. Em 2006, segundo dados do levantamento dos alunos da Editora Abril, 51,5% (6.284) do mercado das redações é ocupado por mulheres, de um total de 11.574 profissionais regularizados no país.

Outros números importantes dizem respeito ao exercício profissional em comparação com outras profissões. Em Medicina, por exemplo, o percentual dos formados que exercem a profissão atinge a casa dos 71,5%; os de Direito, 51,3%; Administração 46,4%; Engenharia, 33,1%, Jornalismo 12,5%. Tais dados revelam a dificuldade em ingressar no concorrido mercado de trabalho e as causas não são identificadas no estudo.

O salário do jornalista médio pode ser uma das causas do abandono da profissão. De acordo com informações do estudo dos alunos do curso da Editora Abril colhidas junto a Federação Nacional dos Jornalistas, o salário médio dos jornalistas brasileiros era de R\$ 2.231,00. Como não existe um piso nacional para a categoria, os valores são bastante diferenciados entre os estados da Federação. Dados da pesquisa revelam as disparidades, como é o caso dos jornalistas de Mato Grosso e Sergipe, que possuíam piso salarial de R\$ 750,00 e os de Alagoas com R\$ 2.029,00.

Apesar de importante, os números do estudo realizado pelo alunos da Editora Abril, não coincidem com os apresentados por Guimarães (2004, p. 192-193). Ele afirma ser bastante recente a prática de levantamentos estatísticos por parte da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e contabiliza mais de 100 mil jornalistas registrados no Ministério do Trabalho desde que a exigência do diploma tornou-se obrigatória e deixa claro que a cifra não contabiliza óbitos e abandonos da profissão.

Ainda de acordo com Guimarães a estimativa da Fenaj que dá conta de 50 mil jornalistas em exercício:

...dos quais “20% desempregados, 20 mil trabalhando em veículos diversos (agências de notícias, jornais, emissoras de rádio e televisão) e outros 20 mil trabalhando em assessorias de empresas ou em regime precário (free-lancers, “pejotas”, ou filiados a corporações) sem registro em carteira de trabalho (Guimarães, 2004, p. 192-193).

O fato é que conhecemos pouco dos jornalistas brasileiros se compararmos aos vastos estudos sobre a produção destes profissionais publicados em suporte papel ou digital e veiculados através das emissoras de rádio ou televisão. A escassez de estudos

sobre os profissionais do jornalismo no Brasil² revela certo grau de descuido das universidades e de seus pesquisadores.

Ofício/profissionalização

A dificuldade de definir o jornalismo como uma profissão liberal não ocorre apenas no Brasil. Em outros países de tradição democrática e, conseqüentemente, de imprensa livre, os debates sobre quem pode ou não integrar a profissão também compuseram e dividiram estudiosos dos meios de comunicação e jornalistas. E este não é um debate recente. Segundo Ortega e Humanes:

El principio de la profesionalización del periodismo va indisolublemente unido a la aparición de la prensa de negocios de la segunda mitad del siglo XIX; es consecuencia del desarrollo industrial y de los cambios sociales que se produjeron en Occidente en aquella época. El crecimiento de la población urbana y la ampliación de la participación política – con la desaparición de la censura – estarán ligados al nacimiento del periodismo moderno. (ORTEGA e HUMANES, 2000, p.97).

Alguns estudiosos apontaram lacunas que evidenciam a dificuldade de classificar o jornalismo como uma profissão. É o caso de Tunstall (1971) que observa ser correto enquadrar a atividade jornalística como uma semi profissão por não encontrar no jornalismo atributos suficientes.

O acesso à profissionalização em países como Espanha, Portugal e França, que possuem características culturais mais próximas do Brasil não passa pelo diploma universitário. Tampouco em países, de características culturais mais distantes de formação brasileira, como Inglaterra e Estados Unidos, existe a obrigação legal de acesso à profissionalização balizada pela exigência do diploma.

Embora o desenvolvimento da atividade jornalística como profissão aponte para uma melhor definição das regras de acesso, a exigência do diploma universitário tem enfrentado resistência em boa parte dos países de relativa tradição democrática. Em que pese o bom conceito de sua produção jornalística, em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, o acesso a profissionalização dos jornalistas parece consolidada e não se fala na vinculação à exigência do diploma.

Na França, Inglaterra e Estados Unidos, Espanha e Portugal, os cursos de jornalismo podem e devem continuar existindo sem uma lei que limite o acesso à profissão a passagem pelos bancos das escolas de comunicação. O mesmo deve acontecer no Brasil. Não é correto estabelecer uma ligação entre ética e a passagem por cursos de graduação em jornalismo para garantir uma melhor qualidade da informação. Seria o mesmo que dizer que, em países onde não há a exigência do diploma de jornalista, o jornalismo praticado apresenta uma carência na qualidade e na ética das informações publicadas.

Ortega e Humanes (2000) asseguram que, o que não cabe dúvidas é que o debate sobre a formação dos jornalistas está ligado à questão sobre a definição do jornalismo como profissão:

Los esfuerzos por elevar el periodismo a la categoría de otras profesiones en lo que se refiere a la formación, no han conseguido despejar las dudas sobre la existencia de un cuerpo de conocimiento propio. El mundo académico tampoco ha llegado a un acuerdo sobre los contenidos que deben enseñar-se para periodistas (ORTEGA e HUMANES, 2000, p.107).

No Brasil, as discussões sobre o acesso à profissão de jornalista tem sido pautada, essencialmente, pela exigência ou não do diploma ofertado em mais de 300 escolas espalhadas pelo país. Muitos dos defensores da exigência do diploma para exercício profissional tentam estabelecer uma relação direta sobre qualidade e ética na divulgação da informação ao jornalista à passagem por cursos universitários.

Alfredo Vizeu, um dos expoentes do ensino de jornalismo no país, em recente artigo enviado para os integrantes da lista de discussão do SBPJOR explicita a sua defesa da exigência do diploma para exercício profissional do jornalismo e remete para o que considera “maior desafio”:

Mas, o maior desafio é de natureza ética: ser fiel à destinação do Jornalismo como serviço público sem perder de perspectiva as inovações tecnológicas que atualizam constantemente seus gêneros e formatos garantindo a plena integração com as demandas da sociedade.³

A afirmação do professor Vizeu abre um vasto leque de inquietações e pode ser estendida a uma interminável relação de questionamentos. O mais simplista deles é o de interrogar se a ética é exclusiva dos cursos de jornalismo. Ou invertendo: os graduados em sociologia, história, medicina, direito, economia etc., carecem de formação ética? Seguramente, não.

Jornalistas egressos dos cursos ou não têm buscado nestes profissionais (como fontes de informação ou credenciados para abordar uma série de questões) as ponderações necessárias para embasar reportagens nas mais diversas áreas. Não seria este o sinal mais claro de que, com incursões sobre a técnica de redação jornalística estes profissionais poderiam contribuir com a imprescindível “informação de qualidade e com ética”?

Bastante oportuno foi a participação do professor português João Carlos F. Correia, em mensagem enviada à lista de discussão da SBPJOR sobre a qualificação dos interessados na formação em comunicação e jornalismo nas universidades portuguesas e como o acesso à profissão tem se verificado em escala crescente por egressos destes cursos:

Em Portugal não há título nem nunca houve ao contrário do que defendo. Aspectos negativos dessa situação: houve (e ainda há) uma

maior precariedade de emprego dos Licenciados em Comunicação - Área de Jornalismo e Jornalismo.

Todavia, vale a pena ver à questão pelo lado positivo, pois a situação evoluiu: depois de uma oposição feroz por parte de muitas pessoas à Licenciatura, hoje a percentagem de licenciados em Comunicação e Jornalismo a exercerem a profissão aumentou substancialmente (sem obrigatoriedade) e tornou-se um elemento de diferenciação natural em relação a outras licenciaturas ou a outros percursos de acesso.

A evolução demonstra que a Licenciatura em Comunicação ou Jornalismo em Portugal se tornou cada vez mais uma via natural de acesso, havendo mesmo hoje quem defenda o caminho da habilitação académica previa para o acesso à profissão (foi discutido pelo Governo), ou seja, fazer o caminho inverso aos que os vossos tribunais impuseram.⁴

O desafio da formação no contexto atual

O maior desafio da atualidade, no campo jornalístico brasileiro, é reconhecer o declive do modelo de jornalista liberal no momento de profundas transformações nos modos de acesso, nos suportes, na produção de informações calcadas no contexto das “novas mídias ou as mídias digitais”. Eles integram empresas capitalistas que têm como objetivo principal o lucro. Como empresas integram grupos de interesses bastante definidos e muitas vezes alinhados à linhas ideológicas e partidos políticos.

É imprescindível o reconhecimento de que o jornalista não goza de autonomia suficiente para que seu trabalho seja objetivo. Esta “quimera” funciona como entrave para o reconhecimento público que os profissionais gozam, simplesmente, de relativa autonomia sobre a produção da informação. Tampouco é pertinente manter ou fomentar entre os profissionais a aura de que o jornalismo é uma profissão heróica de paladinos detentores da verdade dos fatos.

Está claro que el periodista en las sociedades donde el periodismo se ha desarrollado como profesión – mejor o peor definida – ha formado parte de una organización de carácter capitalista; ha sido, por tanto, un asalariado. Que la empresa informativa ha cambiado en la dirección corporativa estudiada en un apartado anterior es indudable; pero ello no ha alterado la condición asalariada del periodista. En otros términos: el periodista se ha caracterizado siempre por que los medios materiales necesarios para llegar a un público no eran de él, sino de la organización dentro de la cual se integraba (ORTEGA e HUMANES, 2000, p. 48).

A profusão da informação facilitada a todos através das redes tem sido entendida como redentora para efeito de autonomia dos profissionais do jornalismo. De fato, as facilidades resultantes das plataformas digitais como os blogs, vlogs, flogs, podcasts, sites, portais proporcionaram uma relação mais direta e com menor poder de interferência de grandes empresas no produto informativo de profissionais que usam tecnologia em rede.

A proliferação de estruturas de comunicação midiáticas como TVs interativas, blogs, celulares multimídia, internet e mídias hipersegmentadas trouxe conseqüências para a compreensão das dinâmicas dos processos de mediação social. Tende-se normalmente a aceitar que entramos em um movimento de abandono de um modelo de alta concentração de informação e baixa interatividade, modelo cujo paradigma eram as grandes redes broadcasting, para caminhar em direção a um modelo de interatividade e produção de informação em rede (BARROS FILHO, COUTINHO e SAFATLE, 2007, p.89).

Uma gama de possibilidades, de fato, foi aberta para que os profissionais possam fazer uso dessa autonomia ainda pouco estudada e de amplitude questionada. Do mesmo modo podemos estender a preocupação ao manejo das ferramentas propiciadas pela rede: quem sabe e pode operá-la com conhecimento suficiente para tornar o que é exposto em tela (computadores, telefones móveis, etc.) em objeto de atratividade. Não se pode esquecer que a disposição das informações (hierarquia), as cores, as imagens utilizadas jogam um papel preponderante de atratividade do público.

No entanto, percebe-se que apenas os profissionais com nome já consolidados entre fatias do público gozam de audiência “massiva” das informações postadas em rede. O profissional recém ingresso na profissão não dispõe da mesma divulgação e, portanto, terá uma projeção significativamente menor.

Com a pulverização da informação os interessados tendem a buscar as informações das áreas de seu interesse com base nos nomes mais conhecidos no vasto cenário da informação. Singer (2007, p. 11) aborda a questão de que as novas mídias trouxeram além da adaptação cultural a necessidade de conhecer novas técnicas e competências jornalísticas:

Para os jornalistas, isto se traduz em uma capacidade para acomodar conteúdo “multimídia” - versões digitais de texto, fotos, vídeo, áudio, animação e muito mais, muitas vezes em combinações nunca antes possíveis em qualquer meio. Criação de conteúdo exige novas habilidades técnicas e jornalística, bem como a adaptação cultural ...⁵ (Singer, 2007, p.11)

Para a formação dos jornalistas no Brasil duas questões estão colocadas como desafio: a primeira delas é a implementação nos currículos de disciplinas voltadas para a realidade da convergência midiática. Esta já terá sua incursão com certo grau de atraso em relação à realidade mercadológica. As empresas da área de informação, com mais ou menos intensidade, concluíram o processo de informatização na primeira metade os anos 1990.

As escolas de jornalismo, por sua vez, não tiveram a mesma agilidade que as empresas. Esta defasagem não se fez tão inclemente para o que estavam a ingressar no mercado ainda na década de 1990. Mas, nos dias atuais, esta ausência de conteúdos programáticos mais diretamente voltados para a área tecnológica poderá fazer o

diferencial na contratação do interessado em trabalhar como jornalista. A este respeito, Canavilhas observa que:

Num outro nível, a digitalização desencadeou igualmente um processo de convergência de meios, de linguagens e de funções, conduzindo a uma concentração as tarefas. Tendencialmente, o trabalho dos jornalistas passará a ser multitarefa, e orientado para multiplataformas, pelo que o ensino só tem uma saída: formar profissionais para esta nova realidade (CANAVILHAS, 2008, p. 51).

A segunda parte do desafio a ser encarado com urgência pelas escolas de jornalismo diz respeito diretamente ao conteúdo humanístico ser “perseguido”. Neste sentido, é importante resgatar algumas disciplinas que, em meados dos anos 1980 foram sendo substituídas das plataformas curriculares, a exemplo de História do Brasil (cultural, econômica), Sociologia e Economia. Não que tenham sido abolidas, mas foram colocadas em um segundo plano (ou mesmo negligenciadas), quando a compreensão do mundo e dos fatos da vida em sociedade passa, evidentemente, pelo grau de aprendizado nestas áreas de conhecimento.

O conhecimento humanístico é fundamental, em que pese a necessidade do aprendizado das novas ferramentas comunicacionais embasadas nas mídias digitais. Ortega e Humanes (2000) argumentam que a tarefa central do jornalismo consiste em relatar o que acontece em seu entorno social; em desenvolver a sociedade sua própria dinâmica mediante representação simbólica que dela levam a cabo as narrações jornalísticas. Para eles esta tarefa constitui-se em algo complexo devido aos diferentes processos que o jornalista tem que desenvolver. A saber:

- 1) Una concepción, más o menos implícita, sobre lo que para él es la sociedad;
- 2) una selección de lo que considera más relevante dentro de esa concepción, y
- 3) la utilización de métodos de acercamiento adecuados que le permitan conocer el acontecer social. Todo ello exige movilizar los recursos intelectuales y profesionales con que el periodista cuenta, a partir de sus propias orientaciones y valoraciones ideológicas. Una actividad que, por lo demás, es similar a la del sociólogo, si bien varían las peculiares condiciones con las que se lleva a cabo en cada caso (ORTEGA e HUMANES, 2000, p.63 e 64).

Conclusão

A desilusão ocorrida pela decisão de por fim a exigência do diploma de jornalismo para exercício da profissão pelo Supremo Tribunal Federal impõe uma maior celeridade nas mudanças necessárias à estrutura curricular dos cursos de jornalismo. Elas devem ocorrer de forma a possibilitar uma distribuição mais uniforme das disciplinas necessárias para uma formação mais atualizada com novas demandas oriundas de uma série de Redes Comunicação cada vez mais complexas e dispersas.

A formação do novo profissional do jornalismo deve observar as mudanças bem expostas por Canavilhas (2008, p.52, 53, 54), na fase da pesquisa, na gravação e edição de conteúdos levando-se em consideração a reafirmação da ética, na distribuição dos conteúdos e na evolução das tecnologias e do mercado. Em todos estes pontos fundamentais para o exercício do jornalismo ele salienta as oportunidades que poderão surgir caso estas mudanças sejam implementadas nos currículos.

Mas, é fundamental perceber que profissional as escolas de comunicação espalhadas pelo país tem formado. Afirmar que elas possuem graus diferenciados de campo da formação pode representar redundância. O problema é que as pesquisas de âmbito nacional sobre este profissional são escassas ou inexistentes.

Competência e/ou habilidades, idade, sexo, remuneração (para indicar a qualidade de vida destes profissionais) são algumas das variáveis necessárias para a compreensão do que é ser jornalista no país. Tais preocupações não devem invalidar ou anular as que tenham os conteúdos da prática jornalística, as rotinas profissionais, as representações sociais, os modos de ver e representar o mundo.

Notas

¹ Revista plug, 2007 p.01.

² Sobre essa questão é importante ressaltar publicação sobre o cotidiano dos jornalistas da Paraíba, do Grupo de Pesquisa sobre o Cotidiano e o Jornalismo -Grupecj- UFPB (pesquisador) coordenada pelo professor Dr. Wellington Pereira.

³ Artigo enviado à lista de discussão da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), no dia 23 de julho de 2009, pelo Professor Alfredo Vizeu – jornalista diplomado e coordenador do Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco e integrante da Comissão Superior de Especialistas em Formação Superior para Subsidiar a Revisão das Diretrizes Curriculares de Jornalismo, do Ministério da Educação (MEC).

⁴ Mensagem enviada em **19/6/09, para a lista de discussão da SBPJor.**

⁵ For journalists, this translates to an ability to accommodate “multimedia” content – digital versions of text, photos, video, audio, animation and more, often in combinations never before possible in any single medium. Creating such content requires new technical and journalistic skills, as well as cultural adaptation. (Tradução livre).

Referências

BARROS FILHO; COUTINHO, Marcelo e SAFATLE, Vladimir. Os usos das novas mídias na campanha presidencial de 2006. In: LIMA, Vinicius A. de (org). **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2007.

CANAVILHAS, João. Ensino do jornalismo: o digital como oportunidade. Em Fidalgo, J. & Marinho, S. (Org.) (2009) *Actas do Seminário “JORNALISMO: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação”*. Universidade do Minho (Braga): Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), 2008.

GUERRA, Fernanda; VIEIRA, Patrícia; CID, Thiago. **A identidade do jornalista no Brasil**. In: Revista Plug. São Paulo: Editora Abril, 2007.

GUIMARÃES, Manuel Marcos. Sociologia do Jornalismo: o caso Brasil. In: NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ORTEGA, Félix e HUMANES, Maria Luisa. **Algo más que periodistas: sociología de una profesión.** Barcelona: Editorial Ariel Barcelona, 2000.

SINGER, Jane B. In Fidalgo, J. & Marinho, S. (Org.) (2009) *Actas do Seminário “JORNALISMO: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação”*. Universidade do Minho (Braga): Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).

TUNSTALL, J. **Journalist at work.** Londres: Constable, 1971.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol.II N° 1 - 1º Semestre de 2005.